

NEM MELHOR NEM PIOR, APENAS DIVERGENTES: UMA CONTRIBUIÇÃO ACERCA DA
SOCIOLOGIA BRASILEIRA E DA POLÊMICA ENTRE FLORESTAN FERNANDES E GUERREIRO
RAMOS

Márcio Malta*

Thais Soares Kronemberger**

1. INTRODUÇÃO

A proposta do presente artigo é analisar a polêmica travada entre dois sociólogos brasileiros, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, representantes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB e da chamada Escola Paulista de Sociologia, respectivamente, a partir da segunda metade do século XX.

Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes deixaram como legado obras significativas para a construção do saber científico do campo sociológico. Suas reflexões são essenciais para a compreensão da trajetória da disciplina no Brasil.

Os embates travados entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes possuíam como pano de fundo uma disputa maior, a oposição entre a “Escola Paulista” e o ISEB, ou mais precisamente, o que pode ser caracterizado como uma disputa entre paulistas e cariocas na disputa pela hegemonia das ciências sociais brasileira.

Dentre os objetivos do trabalho consta a tentativa de colaborar na preservação da memória científica, bem como acompanhar o trajeto destes dois sociólogos na constituição e desenvolvimento do pensamento social político brasileiro. Desta forma, busca-se favorecer a avaliação dos variados aspectos da produção de conhecimento na área estudada.

Também realiza-se um esforço de contextualização dos autores, inseridos no ambiente histórico em que operaram. Assim sendo, nas seções relativas à apresentação de cada autor e suas respectivas obras, serão acrescidas informações e análises sobre o contexto socioeconômico, os determinantes político-culturais e institucionais, assim como os corpos teórico-metodológicos construídos pelos pensadores e a recepção obtida dentre os contemporâneos e gerações subseqüentes.

Serão apresentados elementos biográficos, proporcionando o conhecimento acerca das condições de vida e de trabalho, da formação profissional, dos marcos culturais da época trabalhada e os paradigmas éticos, assim como as oportunidades e barreiras enfrentadas pelos pesquisadores em estudo. Como exemplo, o aspecto limitante que foi para ambos o regime militar brasileiro, onde apontamos que as trajetórias, tanto de Florestan, quanto de Guerreiro, se assemelham, tendo ambos se exilado.

Através da leitura das obras destes dois teóricos e militantes da sociologia em nosso país, encontramos percepções diferenciadas acerca da produção intelectual, da função social e política.

Nesse sentido, o trabalho encontra-se dividido em quatro grandes seções: a primeira

parte aborda dados biográficos, com ênfase no percurso intelectual e profissional de Guerreiro Ramos e seu projeto de sociologia do Brasil; em seguida é descrita a vida de Florestan Fernandes, assim como a sua participação na construção do campo científico da sociologia brasileira; a terceira seção dedica-se aos contornos da polêmica travada entre os dois intelectuais acerca dos rumos da sociologia em nosso país e por último, nas considerações finais, analisa-se os paralelos e similitudes em suas trajetórias, assim como a recepção dos sociólogos na contemporaneidade.

2. GUERREIRO RAMOS: UM SOCIOLOGO DO BRASIL

A melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade.
Guerreiro Ramos¹

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), baiano de Santo Amaro da Purificação, conhecido por sua forte personalidade, tornou-se um dos maiores intelectuais brasileiros que pensou o Brasil tendo uma preocupação central com a questão nacional e com o papel das ciências sociais no país. Sua contribuição volta-se para a construção de uma sociologia do Brasil, vinculada com a nossa realidade prática e que tem como objetivo conceber e projetar as transformações necessárias para o desenvolvimento nacional.

Guerreiro Ramos aos 14/16 anos já lecionava matemática aos filhos de algumas famílias, militante integralista aos 17 anos e assistente da Secretaria de Educação do Estado do Bahia aos 18. A convite de Isaías Alves, Secretário de Educação, participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia, o que o tornou catedrático de sociologia. "(...)como fundador da Faculdade de Filosofia da Bahia, me tornei catedrático de sociologia sem ter nem mesmo o primeiro ano de ciências sociais (...). E isso eu chamo de sorte"² (RAMOS, 1995, p.132, entrevista). Católico, foi educado por um padre alemão dominicano, Dom Béda Keckeisen e fundou o Centro de Cultura Católica. Produziu revistas, conferiu palestras, estudou tomismo aos 19/20 anos pelo Curso de Filosofia de *Maritain*.

Na década de 1930 sofreu influência das revistas francesas *L'Esprit*, fundada por Emmanuel Mounier e *L'Ordre Nouveau*, dirigida por Arnaud Dandier e do filósofo Jacques Maritain. Em 1939, recebeu uma bolsa de estudos do governo da Bahia e veio para o Rio de Janeiro, onde formou-se em ciências sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, na então Universidade do Brasil, em 1942. Bacharelou-se um ano depois pela Faculdade de Direito também na cidade do Rio de Janeiro.

Sobre as principais influências na sua formação, relata:

¹ RAMOS, Guerreiro. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo (prefácio a uma sociologia nacional)*. Rio de Janeiro, 1954, p. 15.

² Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e a Lucia Lippi Oliveira em 9 de junho de 1981. Publicada em OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

uma coisa interessante é que um homem insignificante teve uma importância muito grande na minha formação cultural. Chama-se Donald Pierson (...) deu umas aulas sobre sociologia americana, com que eu não tinha contato. Meu contato era com Le Play, era com a sociologia francesa (...) mas a influência americana foi muito grande. Depois vem Marx (RAMOS, 1995, p. 139; 141, entrevista).

Ainda em 1943, foi indicado para ocupar o cargo de professor da Universidade do Brasil, porém por acusações de "colaboracionista" (foi militante integralista quando jovem) não foi nomeado ao cargo como desejava, tendo perdido a cadeira de sociologia para Luís Costa Pinto e a de Ciência Política para Vítor Nunes Leal. Um ano depois, San Thiago Dantas, diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, o indicou para lecionar um curso no Departamento Nacional da Criança.

A sociologia norte-americana, em especial a "Escola de Chicago", influenciou um campo de conhecimento sociológico guiado pela neutralidade e pela objetividade. Guerreiro Ramos se colocou contrário a este tipo de sociologia, o que tornou sua crítica evidente ao propor uma "sociologia em mangas de camisa". Esta expressão é presente na obra de Tobias Barreto (considerado por Guerreiro como o primeiro sociólogo do Brasil, apesar de negar a existência da sociologia juntamente com Silvio Romero) e na visão de Guerreiro "não passou de um glosador, brilhante sem dúvida de correntes de pensamento da Alemanha da sua época. No fundo como ele mesmo se proclamou, era um *germanomaniaco*" (RAMOS, 1953, p. 14).

Segundo Guerreiro Ramos, na obra de Tobias Barreto, fica evidente um esforço de vinculação do pensamento à circunstância nacional, como por exemplo, o "Discurso em mangas de camisa"³. Guerreiro ao propor a "sociologia em mangas de camisa" tinha como objetivo vincular as atividades científicas às tarefas de promoção da autarquia econômica no Brasil (RAMOS, 1954).

No final do ano de 1943, Guerreiro foi nomeado técnico de administração do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP. Analisava projetos de organização de departamentos, como o Departamento de Agricultura, penitenciária, polícia, e também desempenhou a chefia na seção de recrutamento de pessoal para o governo federal. Contudo, sobre este período no Dasp, afirma: "Era uma coisa chatíssima. Desde o começo eu vi que aquilo era chato." (RAMOS, 1995, p. 146, entrevista).

Guerreiro também contribuía para as Revistas *do Serviço Público* e *Cultura Política*. A partir da década de 1940, Weber tornou sua grande influência: "Max Weber é outra grande influência sobre mim, junto com Durkheim, Karl Mannheim. A influência mais poderosa desde os anos 40 até hoje, em termos da minha profissão de homem da ciência social, é Max Weber" (RAMOS, 1995, p. 144, entrevista).

Em 1951, no segundo governo de Getúlio Vargas, Guerreiro trabalhou na Casa Civil na

³ Ver RAMOS, Alberto Guerreiro. *O Processo da Sociologia no Brasil (esquema de uma história de idéias)*. Rio de Janeiro, 1953.

assessoria do presidente, elaborando projetos, redigindo discurso, mensagens presidenciais juntamente com Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira e Inácio Rangel. Foi quando se aproximou do PTB. "Nessa época comecei a compreender o governo do Brasil, comecei a ver o que é a presidência da República. O governo de Getúlio foi muito importante para eu compreender o Brasil" (RAMOS, 1995, p. 147, entrevista).

Em seguida, no ano de 1952, foi professor fundador da Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, à qual permaneceu vinculado até 1971 e participou na criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, com Hélio Jaguaribe, Rômulo Almeida, Inácio Rangel, Roland Corbisier. O IBESP era um encontro de estudiosos dos problemas nacionais.

Em 1953 foi editada a Revista *Cadernos do Nosso Tempo* que possuía como temas centrais o início da formação do Brasil, da defesa nacional; refletia-se sobre as estratégias para organizar o processo de autonomia brasileira. Posteriormente, o IBESP constituiu o cerne para a criação em 1955 do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. O ISEB destinava-se ao estudo das ciências sociais, da compreensão crítica da realidade brasileira e da elaboração do referencial teórico que permitisse o desenvolvimento nacional (CPDOC, 2001). Segundo Guerreiro, o ISEB pretendia ser uma instância de processamento do pensamento brasileiro:

Nós pretendíamos ser uma coisa equivalente – assim era a idéia original – ao Colégio da França. Uma idéia muito, muito alta. O que é o colégio de França? É um órgão que reconhece as pessoas que não têm carreira na universidade francesa, mas que são os grandes luminares, não importa que tenham título ou não. É a grande instituição de consagração. O Colégio de França foi o nosso modelo no ISEB (RAMOS, 1995, p. 155; 156-57 entrevista).

Guerreiro foi diretor do departamento de sociologia do ISEB, porém em dezembro de 1958 se afastou, por discordar da orientação adotada. "O ISEB passou a apoiar a candidatura Lott à Presidência da República, com o que não concordava" (SOARES, 1993, p.18).

Como analisado por Motta (2000), desde o seu surgimento na década de 1950, o ISEB provocou polêmicas a respeito do seu papel institucional e de sua produção intelectual. Tendo recebido apoio dos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964) e o envolvimento do ISEB com os movimentos políticos de caráter nacional-popular na década de 1960, fomentou críticas por parte de setores conservadores, como também por intelectuais ligados à Faculdade de Sociologia da USP.

Em 1961, Guerreiro Ramos é convidado para ir à China, por intermédio do Partido Comunista, através de seu amigo Mário Alves e pelo desembargador Osny Duarte Pereira, sendo também convidado para realizar um estágio na União Soviética pela Academia Brasileira de Moscou. Quando retornou, por volta de 1962, escreveu uma série de artigos críticos no *O Jornal* sobre China e a União Soviética.

Eu me irritei muito com a China. Passei três meses lá, uma chatice, uma

conversa puramente ideológica. Eu ia às bibliotecas e não via nem um Marx; eles só conhecem O Capital. Um primarismo! E a conversa na União Soviética, uma chatice! Os sujeitos não entendem de Brasil. Aliás, fui muito franco e disse: "Vocês não entendem o Brasil" (...) Escrevi uma série de artigos em que eu dizia que não me via como amigo profissional da União Soviética nem da China, mas era um sujeito que admirava certas coisas. Os comunistas ficaram danados comigo: traidor, oportunista etc. (RAMOS, 1995, p. 150-151; entrevista).

Em 1961 atuou como delegado do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), participando da Comissão de Assuntos Econômicos. Neste período, Guerreiro ingressou na política partidária quando filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No ano seguinte, candidatou-se a deputado federal pelo Estado da Guanabara na legenda formada pelo PTB e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), obtendo a suplência. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados devido a licença concedida ao deputado Leonel Brizola de agosto de 1963 a abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados em abril de 1964, pelo Ato Institucional nº 1.

Como descrito por PIZZA JUNIOR (1997), em sua atividade parlamentar, Guerreiro apresentou dois projetos de lei: o que dispõe sobre o processamento e averbação de licenças de patentes de invenção no Departamento Nacional da Produção Industrial e o que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de administração. O autor também destaca os principais temas abordados por Guerreiro Ramos: reforma agrária, formação de um mercado interno brasileiro, trabalhismo, profissionalização do serviço público, socialismo, crítica da esquerda, legalização do Partido Comunista.

Em 1966, sem poder dar prosseguimento com a sua produção intelectual no país, exilou-se nos Estados Unidos, onde começou a lecionar na Universidade do Sul da Califórnia, e se tornou *full* professor do programa de doutorado em administração pública. Também lecionou na Yale University e foi professor visitante da Wesleyan University em 1972/73. Regressou ao Brasil depois da anistia, quando lecionou cursos na Universidade Federal de Santa Catarina. Sobre este tempo em que esteve nos Estados Unidos, Guerreiro relata:

As coisas são fantásticas; é um horizonte tudo isso. Não preciso de comando, dou os cursos que quero, invento e sou pago para isso. Já visitei todas as grandes universidades americanas: Harvard, Berkeley, Stanford... que universidades eu visitava antes? São Paulo não me deixava entrar... (RAMOS, 1995, p. 176; entrevista).

Guerreiro Ramos, intelectual crítico aos problemas nacionais, é autor de uma vasta e riquíssima produção bibliográfica, tendo concentrado preocupação com a questão nacional e desenvolvido trabalhos importantes na área das ciências sociais sendo identificado também por seus estudos de Administração, onde teve um maior reconhecimento. Em seus estudos sobre a construção de uma sociologia do Brasil, destacam-se as seguintes obras: O processo de sociologia no Brasil: Esquema de uma história de idéias (1953); Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo (prefácio a uma sociologia nacional) (1954); Introdução Crítica à Sociologia Brasileira (1957), A redução sociológica (1963). E é sobre as suas propostas e perspectivas na construção de uma sociologia do Brasil que nos propomos analisar na próxima subseção deste

trabalho.

2.1 A construção da sociologia do Brasil de Guerreiro Ramos

*A sociologia não é especialização, ofício profissional (...).
A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem (...).
É no mais autêntico sentido da palavra, torna-se um saber de salvação.*

Guerreiro Ramos⁴

A produção acadêmica de Guerreiro Ramos nas décadas de 50/60/70 insere-se em um período de construção e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, e conseqüente formação de um campo disciplinar da sociologia.

Na visão de Guerreiro, no Brasil como nos demais países colonizados, a sociologia assume atitudes contraditórias. Observa-se uma tensão entre duas correntes de idéias: "uma que representa um esforço de criação desses países e a outra que consiste simplesmente numa glosa de orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros" (RAMOS, 1953, p. 10). Assim, os países colonizados voltam-se para a adoção das idéias e atitudes dos países colonizadores, o que é denominado por Guerreiro de um imperialismo mimético, não baseado na coerção, mas garantido pela própria atração que exercem sobre os colonizados as instituições dos países colonizadores.

Por outro lado, no caso brasileiro, existe uma corrente de pensamento "orientada no sentido da dessatelação histórica. Seus epígonos são verdadeiramente criadores e se caracterizam por uma tendência política mais do que propriamente especulativa" (RAMOS, 1953, p. 11). São representantes desta corrente: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana. A outra corrente a que Guerreiro Ramos se refere como idealizadora é representada por Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mario Lins. E por último "um sub-ramo desta última corrente que se exprime nas obras de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Arthur Ramos" (RAMOS, 1953, p. 12).

Em relação à sociologia de São Paulo, concentrada na Escola de Sociologia e Política, obtém características peculiares. Isto porque, o ensino e a pesquisa em sociologia são organizados pela elite paulista, com objetivos práticos e propósitos institucionais. "Parece inspirar à Escola o ideal de abastecer o setor de negócios de profissionais especializados em ciências sociais e neste sentido aquela instituição sucedeu plenamente" (RAMOS, 1953, p. 29). Florestan Fernandes constitui o seu principal representante:

Florestan Fernandes é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, no campo da antropologia (RAMOS, 1953, p. 30).

Guerreiro Ramos argumenta sobre a necessidade de conferir a sociologia o caráter de instrumento de organização da sociedade brasileira. Para tal, é necessário enfrentar alguns obstáculos como:

neutralizar a influência do legado do transoceanismo, da tendência consular, legado este que goza ainda de muito prestígio e tem a seu favor todo um complexo de inferioridade, de caráter nacional. Em segundo lugar, o recente incremento da difusão, entre nós, da sociologia norte-americana, vem se constituindo num fator poderoso de obnubilação dos que se estão iniciando nesta ciência (RAMOS, 1953, p. 31).

Sobre a sociologia norte-americana, Guerreiro atenta para o aspecto de utilizarmos os seus procedimentos técnicos e assimilarmos a sua capacidade de na prática, tornar-se um instrumento de auto-afirmação nacional. "O que é funesto, para nós, é adotar as atitudes do sociólogo americano, necessariamente vinculado a contexto estranho ao nosso" (RAMOS, 1953, p. 32).

Outra questão é o empobrecimento da capacidade criadora das elites que ocasiona nas sociedades um processo de desintegração pela utilização de produtos culturais externos. No caso da sociedade brasileira, as camadas populares tornam-se criadoras, como demonstram suas instituições e valores. É esta problemática que constituirá o que Guerreiro denomina de alienação, ou seja, o desacordo entre camadas populares e as camadas cultas:

As camadas que, entre nós, se presumem cultas e elitárias não são propriamente produtoras de cultura ou são em pequeníssima escala. Elas traduzem em vernáculo os produtos culturais de outros povos, adotam-nos e propõem, por meio dum certo exemplarismo, a sua adoção em massa. Quase todas as contribuições de tais camadas trazem a nota do espúrio, visto que sem raízes nos elementos populares. Pois o que confere autenticidade às criações culturais é a sua integração no elemento popular (...). No Brasil, o homem culto e o homem do povo são espécies diferentes (RAMOS, 1953, p. 33-34).

Para Guerreiro, a sociologia no Brasil desempenha o papel de atuar na crítica destas e de outras alienações, "aplicar-se na criação das molduras intelectuais da nação e difundi-las em massa até transformá-las em comportamentos automáticos generalizados" (RAMOS, 1953, p. 40).

A constituição de uma ciência nacional no Brasil, construída de forma objetiva, requereria o surgimento de uma consciência coletiva, de caráter crítico da nossa realidade. Tais condições objetivas consistem principalmente no conjunto de transformações de infraestrutura que conduzem o país à superação da sua economia. "O imperativo do desenvolvimento suscitou a consciência crítica (...). A autoconsciência e a consciência crítica são produtos históricos" (RAMOS, 1996, p. 46).

Em 1963, quando Guerreiro publica a obra "A redução sociológica", o cenário brasileiro se caracteriza por um intenso processo de modernização e industrialização, o que causa

⁴ RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 10-11.

impacto na da sociedade brasileira e sua conseqüente transformação. Três fatos articulados entre si podem ser responsáveis pela emergência da consciência crítica no Brasil: a industrialização, a urbanização e as alterações do consumo popular.

A exigência do desenvolvimento, que se impôs atualmente a comunidade brasileira, exprime o projeto coletivo de uma personalidade histórica, ao menos já esboçada, a pretensão do país de assenhorear-se de sua realidade, de determinar-se a si própria. Portanto, vive o Brasil uma fase de sua evolução em que está superando o seu antigo caráter reflexo. (...) Atualmente, porém, tendências centrípetas estão surgindo, em nosso meio, as quais dão suporte a um processo de personificação histórica (...). À maneira de um princípio configurador, o centripetismo incide em todos os níveis de nossa vida, estabelecendo uma tensão dialética entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em geração. Em termos superestruturais, essa tensão traduz um conflito de duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial ou reflexa e a da mentalidade autenticamente nacional. (RAMOS, 1996, p. 67-68).

No âmbito das ciências sociais, essa tensão também se faz presente. Os intelectuais brasileiros que até o momento eram pautados pelos critérios originados dos países desenvolvidos, voltam-se para um esforço de iniciação de um método histórico de pensar que os tornem capazes de participar do novo sentido da história do país. Nesta perspectiva, Guerreiro introduz o termo "redução sociológica":

À assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados ter-se-á de opor a assimilação crítica desses produtos. Por isso, propõe-se aqui o termo "redução sociológica" para designar o procedimento metódico que procura tornar sistemática a assimilação crítica. Não há, porém, na redução sociológica apenas da produção sociológica propriamente dita. Há também uma redução sociológica do direito, da economia, da política, da antropologia cultural, da psicologia, da filosofia, das ciências da cultura em geral (RAMOS, 1996, p. 68).

Desta forma, a redução sociológica é definida como sendo uma atitude metódica cuja finalidade é descobrir os pressupostos referenciais, de cunho histórico, dos objetos e fatos da realidade social, podendo ser descrita nos seguintes aspectos: (I) *é atitude metódica*⁵, ou seja, propõe a ser o contrário da atitude espontânea, que não ultrapassa os aspectos externos dos fenômenos; (II) *não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos*; (III) *postula a noção de mundo*; o fundamental da noção de mundo é a admissão de que a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados; (IV) *é perspectivista*; o estudo de um objeto só tem sentido em um contexto determinado; (V) *seus suportes são coletivos, não individuais*; (VI) *é um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira*; (VII) *embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada*, não se alcança se não recorrendo a conhecimentos diversos, principalmente históricos (RAMOS, 1996).

Destaca-se a formulação por Guerreiro Ramos do "que seria permitido chamar de leis

⁵ Grifos do autor. Ver RAMOS, Guerreiro. Definição e descrição da redução sociológica. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

de redução sociológica” (RAMOS, 1996, p.101) ou princípios metodológicos como definido por Jacob Gorender⁶: “lei do comprometimento”, “lei do caráter subsidiário da produção científica”, “lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência” e “lei da universalidade”.

A “lei do comprometimento” formula que a idéia e a prática da redução sociológica poderão somente ocorrer ao sociólogo que tenha adotado uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto. “A posição de engajamento (...) é baseada numa crítica radical, ou seja, numa reflexão sobre os fundamentos existenciais da ciência em ato ou da produção científica” (RAMOS, 1996, p. 106).

Guerreiro adverte para o surgimento nos países subdesenvolvidos da verdadeira ciência e para isso a atuação do cientista social nestes países torna-se fundamental, sendo necessário que “se libere da “servidão intelectual”, transcenda a condição de copista e repetidor e ingresse num plano teórico eminente” (RAMOS, 1996, p. 106).

A “lei do caráter subsidiário da produção científica” dispõe que toda produção científica estrangeira deve ser considerada como subsidiária. No Brasil, devido à influência da sociologia norte-americana, poderá ser demonstrado que tal sociologia só possui utilidade subsidiária. Esta assimilação da produção sociológica estrangeira se verifica no que Guerreiro denomina de “efeito de prestígio”, utilizada para explicar a vida intelectual das camadas letradas das regiões subdesenvolvidas:

Esse efeito se verifica por força de um contato a distância entre as pessoas e os grupos, em que determinados modos de ser e pensar, particulares a um povo, são idealizados, e graça, ao prestígio desse povo, propagados, como dogmas, aos outros povos. A atitude dos sociólogos que, diante da produção sociológica importada, se comportam como os elegantes e os *snoobs* em face dos figurinos das capitais da moda, também pode ser explicada pela psicologia da “coqueteria” (RAMOS, 1996, p. 119).

As últimas duas leis são a “lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência” e a “lei da universalidade”. A primeira pode ser definida do seguinte modo: “a redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais” (RAMOS, 1996, p. 123). Guerreiro propõe que o cientista social se submeta o estudo científico à comunidade. Os problemas do mundo particular em que se encontra o sociólogo tornam-se os seus problemas e o seu pensamento ganha utilidade quando referido a sua comunidade. A distinção das sociologias em nacionais refere-se ao caráter particular da composição dos pontos de vista dos sociólogos. A segunda, “lei da universalidade”, é formulada como: “a luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (RAMOS, 1996, p. 129) deve ser entendida como instrumento da “redução sociológica” para a compreensão dos acontecimentos apenas quando referidos à categoria de totalidade. “A fase é uma totalidade histórico-social, cujas partes estão dialeticamente relacionadas” (RAMOS, 1996, p. 132). Com esta lei, Guerreiro pressupõe um modo de pensar os fenômenos sociais fundamentados no que denomina de “razão sociológica”.

⁶ Ver: GORENDER, JACOB. Correntes Sociológicas no Brasil. In: RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*.

Cada problema de uma sociedade é encarado como parte de uma totalidade e deve ser entendido enquanto tal.

Em resumo, podemos destacar alguns pontos do pensamento sociológico de Guerreiro Ramos: as ciências, em especial as ciências sociais, se constituem e se transformam historicamente; a formação de uma nova teoria científica da realidade social tendo em vista o contexto histórico da época; o sociólogo só alcançará o universal pelo particular; a formação de uma consciência crítica, compromisso intelectual, representando um compromisso radical do sociólogo com a sua realidade e os princípios e as noções da produção científica estrangeiras devem ser utilizados em caráter subsidiário (RAMOS, 1996).

De forma geral, é necessário que o sociólogo brasileiro se esforce em realizar um trabalho científico a partir de um compromisso com a sua realidade nacional particular. Para Guerreiro, a sociologia no Brasil só se tornará autêntica na medida em que contribuir para a construção da autoconsciência nacional, e para isso precisa adquirir funcionalidade, intencionalidade, e organicidade (RAMOS, 1957).

Neste sentido, Oliveira (1995) destaca que para Guerreiro Ramos a sociologia por ele proposta e praticada pressupunha um saber sobre a sociedade brasileira com fins práticos. Daí a importância do campo da administração, visto ser considerada uma ciência social aplicada.

3. FLORESTAN FERNANDES: ENTRE PARTIDAS E CHEGADAS

*"O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia..."*
Guimarães Rosa⁷

Nascido na cidade de São Paulo em 22 de julho de 1920, Florestan Fernandes faleceu no mesmo município aos 75 anos, em 10 de agosto de 1995. Graduiu-se em Ciências sociais no ano de 1944, na Universidade de São Paulo (USP). No ano seguinte à sua morte, 1996, Florestan Fernandes foi reconhecido pelo Congresso Nacional como o patrono da sociologia brasileira. Tal distinção ganha força com as palavras de Octávio Ianni que o sintetizou da seguinte maneira: "A sociologia de Florestan Fernandes inaugura um novo estilo de pensar a realidade social." (IANNI, 2007, p.15).

No esforço de compreender como o intelectual chegou a tal contribuição à ciência nacional, faz-se necessário lançar um olhar nos anos iniciais de sua vida, o que possibilita captar como o sociólogo chegou ao conjunto de questões que permearam sua obra.

Filho de uma lavadeira portuguesa analfabeta e sequer tendo conhecido o pai, Florestan Fernandes trabalhou desde os primeiros anos de vida para contribuir com o orçamento familiar. Por conta de sua origem humilde, durante a infância o próprio nome de batismo lhe fora negado, pois sua madrinha achava o nome Florestan pomposo demais para alguém

Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

daquela classe, donde passou a lhe chamar de Vicente.

Até a adolescência sua biografia contém traços dignos de piedade, pois suas atividades na luta pela sobrevivência - como a de engraxate e auxiliar de alfaiate - exigiam do menino franzino destreza e esforços redobrados. Chegou a vivenciar situações limite, como a de passar fome e ter que dormir em condições sub-humanas nos mais variados locais de trabalho e nos cortiços pelos quais passou com sua mãe.

O período que cobre de 1941 a 1953 são chamados pelo próprio Florestan de "anos de formação". Foram duras lições da vida, tendo a socialização através da luta pelo sustento da família, que como dito anteriormente, se resumia a ele e sua mãe. Introduzido na lida de pequenos serviços e biscates desde os seis anos de vida, Florestan designou essa etapa como uma "aprendizagem sociológica". Advertiu que não estava integrado ao universo proletário, mas sim circunscrito às fileiras do lumpen-proletariado. Daí teria vindo a sua compreensão da "cultura do inculto", que analisaria muitos anos depois em suas pesquisas sobre o "folk" paulista e seus posteriores estudos sobre o negro, já como sociólogo.

À escola creditou os fundamentos para ter se tornado um autodidata: "Se a cidade continha alguma civilização, eu me tornei seu adepto e seu afilhado pelo autodidatismo." (IANNI, 2007, p. 146).

Com as dificuldades impostas pela vida, sua educação se deu através de linhas tortas: "No terceiro ano tive de deixar a escola, para dar tempo completo ao trabalho; e só muito mais tarde, com pouco mais de 17 anos, quando podia tomar a decisão por mim mesmo, voltaria aos bancos escolares" (IANNI, 2007, p. 146).

De espírito curioso, Florestan aproveitava o pouco tempo livre que tinha em seus trabalhos para se dedicar ao seu maior prazer, a leitura. Dizia que através dos livros conseguia imaginar outros mundos, visitar lugares onde nunca poderia ir.

Em um desses trabalhos, como atendente no Bar Bidu, travou amizades que o incentivaram a voltar a estudar. Optou pelo Ginásio Riachuelo, vizinho ao estabelecimento em que servia as mesas. O arguto garçom aproveitava o momento do lanche dos professores para se enriquecer culturalmente.

Ao comunicar em casa que retomaria os estudos, através do curso madureza, sofreu resistência da mãe, pois a mesma receou que o filho sentiria vergonha dela após concluir os estudos.

Chegou a trabalhar como representante de vendas em um laboratório e progrediu rapidamente na carreira, mas desde os tempos do Curso Riachuelo já havia feito uma escolha, que por enquanto mantinha em sigilo, mas o guiaria pelo resto da vida: ser professor.

Diante da ausência de ofertas de cursos noturnos na área das exatas - que o possibilitaria conciliar com suas atividades profissionais - optou pelo curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo. Mesmo diante do concorrido quadro do vestibular, foi um dos poucos alunos que conseguiu ser aprovado, surpreendendo inclusive a banca ao solicitar que

⁷ ROSA, José Guimarães. *Grande sertão: Veredas*. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1976, p. 56.

fizesse a prova em português, posto que não detivesse conhecimentos do idioma francês. Com a aquiescência da banca, apresentou a obra do sociólogo francês Émile Durkheim em português e cativou os avaliadores pela intimidade que demonstrou possuir com o tema.

Já na universidade chegou à conclusão que para compensar as muitas deficiências de sua formação, teria que se dedicar a uma disciplina monástica de trabalho. Como afirmou:

(...) brotava, de dentro de mim, uma energia inesgotável, nascida da necessidade psicológica de suplantar-me – de negar como um antigo lumpen-proletário – e, ao mesmo tempo, de suplantar os “outros”, de vencê-los no seu próprio terreno e segundo as regras do jogo que nele prevaleciam. (IANNI, 2007, p. 163).

Aos poucos, através de pesquisa esmerada por horas a fio em bibliotecas pública, foi ganhando espaço e o reconhecimento dos professores. A metamorfose já se encontrava em curso: “Em suma, o Vicente que eu fora estava morrendo e nascia em seu lugar, de forma assustadora para mim, o Florestan que eu iria ser” (IANNI, 2007, p.157).

Graduou-se em ciências sociais no ano de 1944, na Universidade de São Paulo (USP). Em 1945 foi nomeado Assistente na Cadeira de Sociologia II, onde iniciou a carreira de docente.

Em seu percurso, o sociólogo sempre combateu a “sociologia de gabinete”, valorizando assim o profissional que baseava o seu conhecimento a partir da ótica coletiva e experimentada através de pesquisas “*in loco*”. Refutava desta maneira a prática do *scholar* europeu e os sociólogos acadêmicos norte-americanos, negando o que chamou de “despotismo da cátedra”. Em suas palavras: “Logo me pareceu claro que não poderia atingir os objetivos que colimava se ficasse preso às potencialidades tradicionais da “cátedra” e do trabalho individual isolado do “professor catedrático” (IANNI, 2007, p.182).

A influência de Donald Pierson e os ensinamentos propostos pela Escola de Chicago – com seu método empírico – foram vitais na formação de Florestan Fernandes. Além disso, também foi essencial a adoção da estrutura de grupos de pesquisadores comprometidos com um trabalho comum, atividade esta também espelhada nos marcos da Escola de Chicago. Aliás, pode ser afirmar ser esta herança uma das formações-chave da sociologia paulista.

Outra importante herança legada por Donald Pierson foi a de que teoria e prática, ensino e pesquisa, são termos indissociáveis. Segundo os estudos de Fernando Limongi, a partir da chegada de Pierson, em 1939, a Escola Livre de Sociologia e Política ganhou novos contornos. A Escola deixou de se referir tão somente ao Estado e de investir na formação de elites técnicas para abastecer o Governo de quadros profissionais – seu projeto original – e passou a investir forças na formação de sociólogos profissionais.

Outra importante contribuição na compreensão desta ordem de coisas é o artigo de Fernanda Massi, “Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960)”, também enfeitado no volume do livro “História das Ciências Sociais no Brasil”. Massi (1989) demonstra que a cultura brasileira e suas manifestações, além dos estudos sobre comunidades – influência da escola de Chicago – passaram a ser os protagonistas das pesquisas

desenvolvidas na sociologia paulista.

No bojo destas discussões, merece destaque uma questão: a noção tantas vezes repetida da existência de uma escola paulista de sociologia. Tal idéia não era referendada por Florestan, que no artigo "Em busca de uma sociologia crítica e militante" argumenta porque nunca escrevera sobre o assunto: "alguns chamam, por falta de imaginação, de "a escola paulista de sociologia". Sempre me furtei a esse apelo. (...) Ainda menos para explicar uma escola que não existe e nunca existiu" (IANNI, 2007, p.140).

Segundo Octávio Ianni, discípulo e amigo de tantas jornadas científicas, o conjunto da obra de Florestan Fernandes compreende um notável acervo de contribuições teóricas e históricas. A originalidade foi a principal marca de Florestan e a sua principal distinção foi ter criado um padrão de pensar, um paradigma.

Rigor teórico e dedicação monástica ao trabalho são palavras que refletem o comprometimento de Florestan no desenvolvimento de uma ciência social brasileira. Como transformar a sociologia em uma ciência foi uma das inquietações do professor, que optou desde o início de sua carreira por um trabalho coletivo e voltado para instrumentalização dos pesquisadores que trabalhavam em seu grupo, o que acabou por lhes conferir um forte aspecto institucional, baseado na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde além de ter se formado bacharel em ciências sociais e ter sido professor assistente, tornaria-se professor catedrático (1964), com a tese "A Integração do negro na sociedade de classes".

Os temas abordados no mestrado e doutorado, assim como no concurso para Livre-docente, dão pistas de seu caminho acadêmico: mestrado e doutorado sobre a sociedade Tupinambá e Livre-docente com tese sobre o funcionalismo.

Ainda de acordo com Octávio Ianni, as três principais matrizes presentes no pensamento sociológico clássico foram utilizadas por Florestan Fernandes, a saber: o método funcionalista, ou objetivo, sistematizado por Émile Durkheim; o compreensivo, formulado por Max Weber e o dialético, sob responsabilidade de Karl Marx.

O pensamento de Karl Marx não era objeto analisado em disciplinas da grade acadêmica do curso. Por tal razão, Florestan procurou formação sobre o tema além dos muros da universidade. Em 1943, por iniciativa do jornalista Hermínio Sachetta, passou a militar em uma pequena organização de orientação trotskista, o Partido Socialista Revolucionário. Para tal grupo traduziu a *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx.

A partir da militância passou a sofrer um conflito existencial, que sempre foi evidenciado em seus relatos: a difícil conciliação do ofício do sociólogo, com o mister de ser militante. Apesar das contradições soube lidar com a situação, chegando a redigir manifestos contra a Ditadura do Estado-Novo que lograram obter apoio de intelectuais notáveis na época, que ofereciam resistências ao cerceamento das liberdades.

Ao se defender dos críticos que objetam que em seus escritos do período de 1942 a 1960 não apareceriam os laivos críticos, Florestan se justifica afirmando já existir "uma firme

intenção que cresce aos poucos, na medida em que abria espaço para defrontar-me com as inibições de uma sociedade tão opressiva e repressiva quanto a brasileira. Não pude ligar a minha condição de socialista com a minha condição de sociólogo” (IANNI, 2007, p.141).

Segundo Octávio Ianni, as três principais matrizes presentes no pensamento sociológico foram utilizadas por Florestan Fernandes, a saber: o método funcionalista, ou objetivo, sistematizado por Émile Durkheim; o compreensivo, formulado por Max Weber e o dialético, sob responsabilidade de Karl Marx.

Ao se distanciar progressivamente da escola funcionalista, não optou por um marxismo dogmático. O mestre Florestan continuou “bebendo em outras fontes”, como a do pensamento sociológico de autores do quilate de Max Weber e Karl Mannheim. Ao explorar outros saberes, soube enriquecer os seus trabalhos, absorvendo de tais escopos teóricos os fatores que lhe eram caros, sabendo refutar as noções incompletas ou equivocadas, como a da neutralidade axiológica defendida por Weber.

A partir do período descrito, as relações de classe e raça passaram a ser emblemáticas na obra de Florestan Fernandes, na tentativa de compreender a estrutura do modo produtivo brasileiro. O resultado de tal investida foi a pesquisa brancos e negros em São Paulo, feita sob influência do francês Roger Bastide.

Florestan desenvolveu suas teorias em uma época de transformações sociais e no âmago de grandes processos históricos em disputa, notadamente o momento da Guerra Fria, onde o mundo fora cindido entre os modelos capitalista e comunista. Tal ordem de coisas, fez com que não só políticos em estrito senso, como uma série de ativistas e membros de classes como a artística ou do campo acadêmico se posicionassem em favor de um dos lados de tal disputa, fato que este seria ainda mais aguçado com o golpe militar de 1964 ocorrido no Brasil.

A opção de Florestan, fiel à sua classe e origem pobre, foi a de sempre defender reformas democratizantes e ampliar o acesso a serviços básicos, como a atuação incisiva na “Campanha Pela Educação Pública”, movimento nacional que durante o governo de João Goulart lutou pelo acesso universal à escola. Chegou a ser preso no ano de 1964, ao responder através de uma carta a um inquérito policial militar (IPM), onde comete o simples exercício de defender a dignidade do magistério. Na onda de cassações ocasionada pelo Ato Institucional de número 5, foi aposentado compulsoriamente pela ditadura militar. No exílio, deu aulas em Nova York e Toronto. Ao retornar ao Brasil, tornou-se professor da PUC/SP, somente tendo voltado a lecionar na USP em uma ocasião: um curso livre sobre a experiência da revolução cubana.

A biografia e a contribuição de um pensador não devem ser baseadas em etapismos, ou classificações que limitem a compreensão de sua heterogeneidade – como as categorias de jovem ou velho elaboradas por Althusser para explicar Marx – porém as palavras de Vladimir Sachetta, baseadas na análise de Antônio Cândido, refletem bem o percurso de Florestan Fernandes:

companheiro de jornada acadêmica, quase um irmão crítico Antônio Cândido distingue três movimentos predominantes em sua trajetória, o primeiro, que se situa nos anos de 1940, é o do conhecimento, da construção do saber, quando constrói seu arcabouço intelectual e a possibilidade de saber dos outros, o segundo, nos anos de 1950, centra-se na pesquisa aplicada. Já o terceiro período, a partir dos anos de 1960, é aquele do combate, do saber transformado em arma. Refletindo, hoje, em retrospectiva, a essas três etapas podemos acrescentar uma quarta, que se resume na radicalização plena de Florestan. É quando o cientista social, educador e pensador assume a identidade de tribuno e publicista (SACHETTA, 2007, p.9).

No livro "Ideologia da Cultura Brasileira", o historiador Carlos Guilherme Mota identifica a trajetória de Florestan Fernandes como uma das mais emblemáticas do pensamento radical. Destaca-se aqui a idéia de trajetória proposta pelo comentarista, pois a mesma contém a noção de um processo em construção, que teve seus contornos mais definidos nos anos finais da década de 50 do século passado. Porém, como vimos, a perspectiva radical remonta à década de 40, quando Florestan freqüentava reuniões do Partido Socialista Revolucionário, de orientação trotskista e combateu a ditadura imposta pelo Estado Novo. Desta forma, deve ser posta sob suspeição teorias herméticas que tentam encerrar a trajetória de Florestan Fernandes dentro de camisas de força conceituais, não reconhecendo a dialeticidade em questão, posto que o sociólogo deu prioridade ao maior acúmulo possível de fontes teóricas na construção de sua ciência.

No final de sua vida, Florestan se reaproximou com a militância orgânica. O afastamento da ação política, ocorrido com a dedicação às atividades acadêmicas, foi revertido na década de 80, no processo de construção do Partido dos Trabalhadores. Foi eleito deputado federal em 1986 e reeleito em 1990. Os slogans de suas campanhas dão o tom de seus mandatos. No ano de 1986 o lema era "contra as idéias da força, a força das idéias". Já na campanha de 1990, a frase escolhida foi "sem medo de ser socialista", um claro paralelo ao "sem medo de ser feliz" entoado na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Seus mandatos pautaram-se, dentre outras bandeiras, na defesa da educação pública de qualidade.

Superou assim a dicotomia experimentada na juventude, entre a militância e a academia. Nas palavras de Florestan tornou-se nas palavras de Vladimir Saccheta um "homem-síntese que, aliando a teoria à prática, personificava a ciência como elemento transformador" (SACHETTA, 2007, p. 8).

Através de seus mandatos e da militância partidária, somava esforços no sentido de amadurecer os conteúdos programáticos de caráter socialista. No interior do Partido dos Trabalhadores, "apontava os perigos da política profissional, do excesso de institucionalização e da burocratização" (SACHETTA, 2007, p. 11).

Florestan Fernandes faleceu aos 75 anos, após transplante de fígado em um hospital público. Cabe mais uma vez o destaque ao fato de seu discurso caminhar junto à práxis, pois mesmo tendo a possibilidade de receber tratamento especializado, inclusive no exterior, optou por ser tratado na rede pública de saúde.

O pensamento de Florestan Fernandes continua atual e reivindicado pelos mais diversos

segmentos, não somente no âmbito interno à academia, como no campo dos movimentos sociais. Por conta de suas múltiplas influências e a utilização dos mais diversos métodos em seu trabalho, o legado do professor Florestan Fernandes é sempre revisitado. Um dos setores que mais tem republicado e divulgado a obra de Florestan é o da esquerda – como a editora Expressão Popular – e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Criada no ano de 2005, a Escola Nacional Florestan Fernandes localiza-se na cidade de Guararema (SP) e busca formar quadros teóricos para os movimentos sociais brasileiros, assim como alfabetizar e ministrar cursos para o desenvolvimento de assentamentos. O espaço foi construído por meio do trabalho militante de mais de mil voluntários e conta em seu quadro docente com a figura da filha de Florestan Fernandes, a socióloga Heloísa Fernandes que busca prosseguir o trabalho de seu pai em defesa de uma educação transformadora.

4. OS CONTORNOS DA DISPUTA: SOCIOLOGIA DO BRASIL OU BRASILEIRA?

O cenário era o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no período de 10 a 17 de julho de 1953 nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. O que poderia ter sido mais um corriqueiro encontro acadêmico protagonizou o início de um episódio em que dois dos mais importantes sociólogos do período iriam se contrapor, a saber, Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes.

O motivo para as divergências nasceram da apresentação por parte de Guerreiro Ramos de algumas propostas, que logo se revelaram polêmicas e estenderam o debate para outros espaços, como artigos acadêmicos escritos por ambas as partes citadas até o final de suas vidas, seja de forma velada ou direta.

Em sua obra “Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo” (1954) reúne as teses recusadas no II Congresso Latino-Americano de Sociologia. Como presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, Guerreiro Ramos apresentou as sete teses abaixo, que foram desaprovadas por 22 votos contra 9:

1. As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;
2. A organização do ensino de sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação culturais dos discentes equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;
3. No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades de renda nacional de seus países (...);
4. No estágio atual do desenvolvimento das nações latino-americanos e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de

interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5. O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;
6. É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado (...);
7. Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais (...) (RAMOS, 1954, p. 77-78).

Guerreiro propunha a construção de uma sociologia brasileira que refletisse os seus problemas, que se estimulasse e rompesse com o pensamento estrangeiro, europeu e norte-americano. Tendo suas teses reprovadas, Guerreiro divide o pensamento sociológico brasileiro em duas correntes: uma consular ou enlatada, considerada como uma expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos; e outra que está procurando utilizar-se da experiência do trabalho sociológico universal como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais (RAMOS, 1954).

O destaque que merece ser feito, a título de contextualização, é que as propostas levantadas no Congresso não se limitavam a meros indicativos, mas continham e expunham um modelo não só de como deveria ser encarada a sociologia, assim como revelava um modelo de nação a ser construído, calcado principalmente nos marcos do desenvolvimentismo, teoria então em voga no cenário político e econômico brasileiro.

O debate acerca das sete teses apresentadas no Congresso transbordaram para outros níveis, ganhando repercussão no campo acadêmico e social. A reação por parte de Guerreiro Ramos se deu através da imprensa ("Diário de Notícias") e contou com o apoio de seus colegas de ISEB, em especial o historiador Nelson Werneck Sodré.

Uma das críticas mais contundentes às propostas levantadas por Guerreiro Ramos partiu do sociólogo paulista Florestan Fernandes. Ao redigir o trabalho "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros", em 1954, Florestan levanta críticas à intervenção de Guerreiro no II Congresso Latino-Americano de Sociologia⁸. O intelectual paulista concentrou sua munção principalmente nas teses quatro e sete, que como vimos anteriormente aborda a prioridade às questões regionais, em detrimento dos gastos de recursos em pesquisas sobre "minudências da vida social" e a defesa de que os resultados das pesquisas sociológicas decorreriam do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais.

O eixo de argumentação elaborado por Florestan Fernandes gira em torno da defesa da pesquisa empírica. No ensaio autobiográfico "Em busca de uma sociologia crítica e militante", publicado no livro "A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento" (1977) assevera que os tempos na Faculdade de Filosofia serviram como um

⁸ O artigo foi publicado no ano de 1954 na "Revista Brasileira de Estudos Políticos" e em 1958 foi republicado no livro "A etnologia e a sociologia no Brasil".

“treino empírico”, onde aprendeu precocemente a conjugar pesquisa e teoria de maneira rigorosa.

A postura de Florestan era a de cooperação entre pesquisadores europeus e brasileiros e não a de mera oposição ou suplantação:

(...) conseguiu ver que os sociólogos das regiões subdesenvolvidas e dependentes não deviam competir com os sociólogos dos centros de investigação das nações centrais; que devíamos concentrar os nossos esforços nas investigação empírica sistemática dos problemas fundamentais dessas regiões. (...) Tanto no plano do ensino quanto no da pesquisa não procurei romper com o ecletismo, herdado dos professores europeus e posto por mim em outra órbita, com uma compreensão mais rigorosa da interdependência dos vários modelos de explicação na sociologia (FERNANDES, 1977, p. 196).

Florestan Fernandes reconhece a extrema dependência cultural do país, contudo admoesta que houve em sua formação: “(...) um índice de autonomia intelectual e de capacidade criadora independente” (FERNANDES, 1977, p.179)

A resposta de Guerreiro Ramos se fez presente no prefácio à segunda edição da sua obra “Redução Sociológica” redigido em 1963, onde o autor resume as debilidades científicas presentes no texto “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”:

1) confunde a sociologia em hábito com a ciência sociológica em ato. O autor não ultrapassou a área informacional da sociologia (...); 2) a crítica em apreço ilustra como algo mais do que a informação e a erudição, é necessário para habilitar ao estudioso a fazer uso sociológico dos conhecimentos sociológicos ou, em outras palavras, para a prática da redução sociológica; 3) pressupõe a referida crítica falsa noção das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho científico (...) (RAMOS, 1996, p. 16).

Guerreiro refere-se ao estudo de Florestan Fernandes como pré-científico, pré-sociológico, caracterizando-se como um “documento da ideologia de professor de sociologia no Brasil” (RAMOS, 1996, p. 26), e dois aspectos dessa ideologia se destacam: o provincianismo e o bovarismo. A crítica ao provincianismo ocorre quando Florestan Fernandes “acredita no dever de zelar pela “pureza” da sociologia, e julga se destine a ser levado demasiadamente a sério o âmbito do saber academicamente chamado de sociológico” (RAMOS, 1996, p. 26). Em relação ao bovarismo, define-se pela distinção realizada por Florestan entre os sociólogos e os “leigos”, “ao ponto de considerá-los cindidos, o que, obviamente é falso e parece considerá-la como ideal”. Na visão de Guerreiro, ao contrário, a sociologia se tornará um conhecimento vulgarizado: “O professor paulista é ideólogo de uma sociologia insustentável, que nunca existiu, não existe, nem nunca existirá. A sociologia não é exterior à sociedade global” (RAMOS, 1996, p. 28).

Ao defender soluções para os problemas sociais dos países latino-americanos, levando em conta as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, Guerreiro Ramos foi atacado por preconizar que um país subdesenvolvido deveria ter uma sociologia subdesenvolvida. Florestan Fernandes responde que o rigor científico deveria ser a preocupação primeira ao se elaborar trabalhos científicos. Em contrapartida, Guerreiro Ramos

concorda parcialmente, porém julga a crítica como impertinente e que foi mal interpretado.

No texto "Sociedade de classes e subdesenvolvimento" publicado em 1958, Florestan Fernandes atacou a concepção de sociologia propugnada por Guerreiro Ramos. Segundo Florestan o erro de Guerreiro Ramos residiria em sua crença de que existiriam recursos conceituais metodológicos e teóricos exclusivos de cada formação social.

Por parte de Guerreiro Ramos, as críticas sempre foram mais duras e incisivas, o que pode ser observado em um trecho do prefácio da segunda edição da obra "A Redução Sociológica":

(...) o escrito recenté de Florestan Fernandes, "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros"] ainda tem muito de esoterismo, mas ao terminá-lo o autor escreve páginas que nos inspiram a convicção de que o professor paulista está em processo de autocrítica. Diz ele [Florestan Fernandes]: "o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de por os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social" (*A sociologia...*, p. 39). Quem conhece os escritos do professor paulista se dará conta de que essa frase é, nele, indicativa de uma revolução interior. O Sr. Florestan Fernandes já escreve sobre a sociologia militante. Temos a esperança de que se torne, em breve, um sociólogo militante. Só então se eliminará sua resistência à redução sociológica (RAMOS, 1996, p. 29).

Outro ponto que aguçou o debate foi a organização do ensino de sociologia, que para Guerreiro Ramos, em sua segunda tese ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia defendeu que a disciplina contribuiria para a emancipação cultural dos alunos, possibilitando a interpretação autêntica dos problemas das estruturas nacionais e regionais. Neste ponto, Florestan argumentou – por ocasião do I Congresso Brasileiro de Sociologia (1954) – que para o desenvolvimento do ensino da sociologia no Brasil seriam necessárias modificações no modelo de educação vigente no país, sendo que ao atingir este patamar as novas gerações de estudantes estariam instrumentalizadas a lidar com os problemas da realidade nacional brasileira.

A bem da verdade faz-se necessário contextualizar que o escopo da disputa era bem maior do que o limite entre os dois pensadores, dizia respeito à busca pela hegemonia no campo das ciências sociais, por parte de cariocas e paulistas, representados não por times de futebol, mas entre o ISEB, fundado em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura; e a Universidade de São Paulo (USP), mais precisamente o que ficou erroneamente conhecido – como já discutimos anteriormente – por Escola Paulista de Sociologia.

O contexto em que se desenrola o objeto do trabalho reflete os efeitos de duas guerras mundiais e os novos arranjos políticos subseqüentes, inclusive a Guerra Fria. No Brasil, além da vivência da experiência democrática pós Estado Novo e da intensificação da industrialização, observa-se a institucionalização da sociologia em âmbito acadêmico e as tentativas de uma maior normatização, no sentido de lhe conferir caráter científico.

Através do livro já citado "História das Ciências Sociais no Brasil", organizado por Sérgio Miceli (1989), é possível acompanhar a origem e o desenvolvimento da disciplina no Brasil. A obra é esclarecedora, notadamente os artigos "Dilemas da Institucionalização das Ciências

Sociais no Rio de Janeiro”, de Maria Hermínia Tavares de Almeida e “A Escola Livre de Sociologia e Política” em São Paulo, redigido por Fernando Limongi.

Um dos pontos basilares da discussão foi a questão do financiamento. Por um lado os sociólogos paulistas acusavam o ISEB de se valer de financiamentos federais para a realização de suas pesquisas; por outro os cariocas contra atacavam afirmando que a Universidade de São Paulo sempre recebera incentivos privados por parte da burguesia conservadora paulista.

Ainda acerca do financiamento, assim se pronunciou Florestan Fernandes: “não contávamos com fontes doadoras de recursos e, por iniciativa minha, não aceitávamos qualquer vinculação com fundações estrangeiras” (FERNANDES, 1977, p. 185).

Membro do grupo de pesquisadores ligados a Florestan, o sociólogo Octávio Ianni afirmou: “É pouco, pois, colocar o problema em termos de “neutralidade” ou engajamento. Não se trata de saber e reconhecer se há ou não comprometimento político, religioso, empresarial, governamental do sociólogo ou cientista social.” (IANNI, 2007, p. 53)

Através da declaração de Ianni, observa-se outro hiato entre os intelectuais em questão. Enquanto Guerreiro Ramos defendia uma posição de engajamento – baseada em uma crítica radical – Florestan Fernandes se opunha à questão ao argumentar que não bastava o engajamento, pois tal comprometimento intelectual poderia servir também a setores reacionários.

A covardia intelectual que levou os maiores epígonos do pensamento sociológico crítico a sacrificarem à liberdade acadêmica do “grande homem” a condição militante do “intelectual engajado” deixa-me perplexo e me obriga a dar razão seja a Lenin, seja aos líderes do protesto negro nos Estados Unidos, quanto à apreciação das ambigüidades do intelectual. Eles converteram a sociologia “crítica” e “militante” em mero paliativo e alguns deles – os piores, que só se beneficiaram da moda – em uma vantajosa forma de transação, pelo qual tiraram o que puderam da ordem, dando muito pouco ou quase nada aos movimentos de contestação. Eu parti de uma posição e de uma orientação inversas e se dei, por minha vez, tão pouco à contestação e à revolução a culpa não é minha (FERNANDES, 1977,p.141).

Outra das discussões prementes girou em torno do campo científico das ciências sociais no Brasil. No sentido da compreensão da problemática, o pesquisador Edson Bariani em sua tese de doutorado: “Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil” (2008) assim definiu a questão:

Defrontavam-se duas sociologias: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação, visando o desenvolvimento e a autonomia nacional (Guerreiro Ramos), e outra que se queria universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas. (BARIANI, 2008, p. 181).

O trabalho de Bariani (2008) é um fecundo mapeamento da polêmica, dotado de relevantes contribuições, como a de que partiu de Guerreiro Ramos – de forma inconsciente – a primeira definição de Florestan como um sociólogo militante, antes do mesmo se reivindicar com tal epíteto.

Guerreiro Ramos refere-se ao texto "A sociologia como afirmação" – publicado inicialmente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (em 1962) e reeditado em *A sociologia numa era de revolução social*, também em 1962 – e com perspicácia percebe o acento mannheimiano que adquire a produção do sociólogo paulista, a ponto de vaticinar um desfecho militante à sociologia deste. Ironicamente, é Guerreiro Ramos quem primeiro vislumbra o sociólogo e militante que Florestan Fernandes viria a se tornar. (BARIANI, 2008, p. 181).

Em via de regra, os estudos sobre o tema se concentram apenas na disputa em torno do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, porém como já se destacou, as trocas de acusações e querelas prosseguiram, tendo inclusive uma espécie de *replay* no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em 1955, onde o principal ponto de divergência se concentrava em torno da concepção de como deveria ser ministrado o ensino da sociologia nas escolas, ponto este que não se desenvolver-se-á no presente artigo, mas que contribui na compreensão de como a batalha se estendeu.

5 – CONCLUSÃO: DOIS CAMINHOS QUE SE REFLETEM

*O nosso esforço não pode nem deve ser isolado
do que fizeram outros sociólogos brasileiros.*

Florestan Fernandes⁹

Nestas considerações finais, revela-se importante discutir o legado dos autores, assim como as similitudes no percurso de ambos. Tanto Guerreiro Ramos como Florestan Fernandes têm em comum a origem humilde e conseguiram mobilidade social através da educação. Como visto, um sofreu com a questão racial; o outro se viu forçado a trabalhar desde os primeiros anos de idade. Nas duas trajetórias se observam o compromisso com a classe de origem e a construção de projetos de nação que, mesmo distintos, em fundo possuíam a mesma preocupação: a transformação do país.

A arena da disputa também foi a mesma, a sociologia, disciplina esta que ainda se encontrava em processo de cristalização, quando os autores iniciaram os seus estudos. Suas contribuições foram fundamentais no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Cabe ressaltar inclusive que não estava em questão apenas dois projetos individuais, marcados pelo ego ou pelo exercício vaidoso da cátedra – que ambos rejeitaram – mas sim duas concepções distintas de sociologia e em último grau de sociedade. Representavam os principais estados da nação – Rio de Janeiro e São Paulo – e isto implicava não só o grau de influência no sentido acadêmico, como também político.

Já na década seguinte ao início da disputa, a de 1960, os dois foram abatidos pelos rigores do regime de exceção que se instalou no Brasil. No ano de 1964 com a instauração do regime militar e a progressiva limitação dos direitos individuais, ambos se viram na situação de serem perseguidos por seus ideais, tendo como desfecho o exílio do país que tanto

⁹FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e*

contribuíram para transformar. Guerreiro Ramos faleceu longe de seu país, nos Estados Unidos, onde teve profundo reconhecimento intelectual. Florestan Fernandes apesar de retornar ao país não voltaria a integrar o corpo docente da Universidade de São Paulo, instituição que foi o berço de sua formação acadêmica e assistiu a criação de um dos mais sólidos grupos de pesquisa que se tem notícia no país.

Até mesmo na vida pública, os caminhos são paralelos, pois ambos exerceram mandatos de deputados federais. Guerreiro Ramos foi legislador (1963) pelo partido Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); enquanto Florestan foi eleito para dois mandatos (1986 e reeleito em 1990).

A maioria dos estudos que se debruçaram sobre a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes se comprometeu ao tomar posições, que por vezes acabaram por obliterar o real sentido dos acontecimentos arrolados. Talvez a maior expressão nesse sentido seja o livro "Ideologia da Cultura Brasileira 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica", onde Carlos Guilherme Mota (1977) explicita claramente e de forma comprometedora pendor favorável a Florestan frente à polêmica com o ISEB.

Neste sentido, a contribuição que se buscou dar no presente artigo – com todas as reconhecidas limitações – foi a de um tratamento isento e imparcial, que registrasse o florescer da sociologia brasileira enquanto ciência.

Nos dias atuais o legado de Guerreiro Ramos é mais reivindicado no campo da Administração Pública, onde foi professor e pesquisador, considerando a administração como uma área propícia à prática sociológica. O sociólogo não batiza escolas de porte e no âmbito das ciências sociais dificilmente é saudado em seminários. Nos cursos de graduação em ciências sociais, assim como no nível das pós-graduações, a obra de Guerreiro Ramos é quase desconhecida, passando despercebida e sendo raramente contemplada em programas de cursos.

Já a imagem de Florestan Fernandes – como discutido no encerramento da seção que lhe foi dedicada – ganhou destaque nos últimos anos. Sendo a sua personalidade reconhecida por movimentos sociais e também no escopo acadêmico.

Em síntese, a título de compreensão, pode-se utilizar como metáfora a figura do espelho que mesmo refletindo a imagem de forma invertida, por essência descreve o mesmo objeto. Como lição para o país, ficaram não só aulas e livros de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, mas a luta por um país mais solidário e comprometido com os anseios das classes populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARIANI, Edson. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil*. Disponível em: <http://www.br.monografias.com>. Acesso em: 2 de agosto de 2009.

desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977, p. 179.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – CPDOC. *Guerreiro Ramos*. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 2 de junho de 2009.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LUSTOSA, Frederico. Lembrança de Guerreiro. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 31, nº5, p. 17-23, set/out 1997.

MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: IDESP, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977.

MOTTA, Luiz Eduardo. O ISEB no banco dos réus. *Revista Comum*. Rio de Janeiro: v.5, n. 15, ago/dez 2000.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. Guerreiro ontem, Guerreiro hoje. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 31, nº5, p. 9-14, set/out 1997.

PIZZA JUNIOR, Wilson. Trajetória parlamentar de Alberto Guerreiro Ramos. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 31, nº5, set/out 1997.

RAMOS, Guerreiro. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história de idéias*. Rio de Janeiro, 1953.

_____. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo (prefácio a uma sociologia nacional)*. Rio de Janeiro, 1954.

_____. *Introdução crítica a sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial ANDES LIMITADA, 1957.

_____. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SACHETTA, Wladimir. De Vicente a Florestan, sempre ao lado do povo. In: IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOARES, Luiz Antonio Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro: COPY & ARTE, 1993.

RESUMO:

O presente estudo analisa, no âmbito da sociologia brasileira, a polêmica travada entre os intelectuais Guerreiro Ramos (1915-1982) e Florestan Fernandes (1920-1995) na segunda metade do século XX. Este período é marcado pela construção da sociologia enquanto ciência em nosso país, em um contexto de modernização nacional e desenvolvimento industrial. O trabalho descreve ainda as concepções divergentes entre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a assim denominada Escola Paulista de Sociologia. Além das divergências, o trabalho apresenta as semelhanças entre as trajetórias dos pensadores em tela e busca dar

um tratamento imparcial à questão abordada.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social e Político Brasileiro; Sociologia; Guerreiro Ramos; Florestan Fernandes.

* Márcio José Melo Malta é doutorando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (PPGCP) e editor da revista *achegas.net*, de Ciência Política. Além disso, é chargista, assinando os trabalhos com o pseudônimo de Nico. E-mail: malta.marcio@gmail.com

** Thais Soares Kronemberger é mestranda em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (PPGCP). E-mail: thaiskron@yahoo.com.br